



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 26/2016

Período: 23/07/2016 – 29/07/2016

GEDES - UNESP

- 1- Segurança nos Jogos Olímpicos I: Forças Armadas podem atuar no Distrito Federal
- 2- Segurança nos Jogos Olímpicos II: editoriais e colunas opinativas analisaram a prisão de suspeitos e os riscos de atentados terroristas nas Olimpíadas
- 3- Segurança nos Jogos Olímpicos III: ministro da Defesa concedeu entrevista a respeito da preparação para a Rio 2016
- 4- Segurança nos Jogos Olímpicos IV: Comitê Olímpico Internacional (COI) elogiou a preparação do Brasil, mas delegações temem atentados
- 5- Segurança nos Jogos Olímpicos V: Forças Armadas iniciaram o deslocamento de tropas para o Rio de Janeiro
- 6- Marinha criou projeto de sistema de dessalinização nuclear
- 7- Operação Hashtag prendeu suspeitos de ligação com o Estado Islâmico com base na Lei Antiterrorismo
- 8- Ministro da Defesa negou acesso a documentos sobre a venda de armamentos
- 9- Atletas das Forças Armadas aumentam sua participação na delegação brasileira nos Jogos Olímpicos Rio 2016
- 10- Militares serão incluídos em regra única de aposentadoria após reforma da Previdência Social
- 11- Diretor do Departamento da Indústria de Defesa da Fiesp discorreu sobre corte de recursos destinados às Forças Armadas
- 12- Paulo Maluf opinou a sobre a lei relativa à mudança de nome de logradouros
- 13- Piloto da Aeronáutica desapareceu após acidente aéreo em treinamento

1- Segurança nos Jogos Olímpicos I: Forças Armadas podem atuar no Distrito Federal

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Distrito Federal terá como principal desafio garantir a segurança dos eventos durante os Jogos Olímpicos, quando receberá 10 partidas de futebol. Na capital federal, Brasília, 4,5 mil servidores devem atuar nas ruas, o que, segundo o *Correio*, é um número três vezes maior em relação à Copa do Mundo, em 2014. Se necessário, as Forças Armadas estarão a postos com um efetivo de 4 mil militares. De acordo com o coordenador da Comissão de Segurança para os Jogos Olímpicos, coronel

Paulo Roberto Oliveira, no planejamento, foram criados 168 possíveis cenários de ocorrências, dentre eles, 50 envolvem ataques terroristas. Oliveira informou que 44 instituições locais e federais devem trabalhar durante os jogos, e que o esquema de segurança envolverá o “acompanhamento das delegações, dos quatro centros de treinamento, do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha e dos hotéis em que os atletas ficarão hospedados”. O comandante militar do Planalto, general Cesar Leme Justo, ressaltou o planejamento e desenvolvimento do esquema, feito desde antes da final da Copa do Mundo pelas forças militares. (Correio Braziliense - Cidades - 23/07/16)

2- Segurança nos Jogos Olímpicos II: editoriais e colunas opinativas analisaram a prisão de suspeitos e os riscos de atentados terroristas nas Olimpíadas

Em editoriais e colunas opinativas, os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* avaliaram a possibilidade do país ser alvo de ações terroristas ligadas ao Estado Islâmico, considerando a prisão de suspeitos pela Operação Hashtag. O *Correio*, em editorial, afirmou que as prisões alertaram os organismos de segurança para o monitoramento da Tríplice Fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina, o qual já estava sendo realizado com maior detalhamento há cerca de três meses. O jornal ainda lembrou o atentado terrorista nas Olimpíadas de Munique, na Alemanha, em 1972, para afirmar que “o Brasil não teria tanto a oferecer para os terroristas, não fosse por sediar, no Rio, os Jogos Olímpicos de 2016”. Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Roberto Godoy afirmou que os envolvidos na segurança dos Jogos estão com “tolerância zero”. Segundo Godoy, o esquema nacional de segurança conta com um total de 41 mil militares, sendo que o orçamento da Defesa, se considerado desde a Copa do Mundo de 2014, chegou a R\$ 778,4 milhões. Em editorial, *O Estado* criticou o posicionamento do ministro da Defesa, Raul Jungmann, que afirmou que “não estamos para brincadeira”. Jungmann também revelou estar disposto a abater aviões, caso necessário. O periódico citou um trecho do artigo do jornalista Wilson Tosta sobre o assunto, segundo o qual estas “são atitudes opostas ao que pregam especialistas em contraterrorismo. Esses pedem discrição e linguajar não militarista para não aumentar a ameaça e não dar ao terror importância maior do que a que tem”. A jornalista Adriana Carranca questionou, em outra coluna para *O Estado*, por que o Estado Islâmico consegue fascinar tantas pessoas. A resposta veio do especialista Oliver Roy, segundo o qual muitos, principalmente jovens, são atraídos pela estética da violência e pelas narrativas heroicas. (Correio Braziliense - Mundo - 23/07/16; O Estado de S. Paulo - Esportes - 23/07/16; O Estado de S. Paulo - Internacional - 23/07/16; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 23/07/16)

3- Segurança nos Jogos Olímpicos III: ministro da Defesa concedeu entrevista a respeito da preparação para a Rio 2016

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, avaliou, em entrevistas, o trabalho de preparação dos organismos envolvidos na segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016. O ministro ressaltou que, em virtude da realização de megaeventos e da projeção

internacional, o Brasil passou a integrar o grupo de países que compartilham informações mais aprofundadas sobre terrorismo, como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha. Jungmann informou que foi um dos relatores da Lei Antiterrorismo, a qual está sendo acionada para a prisão de suspeitos: “nós definimos uma linha que não pode ser cruzada, que é aquilo que se chama de atos preparatórios”. De acordo com o *Correio* e a *Folha*, o ministro revelou que ainda não existe nenhuma ameaça concreta, já que a área de inteligência do Brasil e as agências de inteligência internacionais não possuem informação a respeito de terroristas infiltrados. Segundo Jungmann, em entrevista para a *Folha*, todos os passageiros que chegam ao país de avião ou navio estão sendo monitorados pelos setores de segurança e defesa do evento. O periódico informou que, na manhã do dia 22/07, no Comando Militar do Leste (CML), o ministro se encontrou com 65 oficiais da Marinha, da Aeronáutica e do Exército para avaliar os exercícios realizados na cidade do Rio de Janeiro nas últimas semanas. (*Correio Braziliense* - Política - 23/07/16; *Folha de S. Paulo* - Esporte - 23/07/16)

4- Segurança nos Jogos Olímpicos IV: Comitê Olímpico Internacional (COI) elogiou a preparação do Brasil, mas delegações temem atentados

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o diretor-executivo do Comitê Olímpico Internacional (COI), Christophe Dubi, elogiou a preparação das forças de segurança do país e da cidade do Rio de Janeiro para receber as Olimpíadas. Dubi manifestou apoio e confiança no esquema desenvolvido para receber todos os atletas e torcedores, que terá a cooperação de agentes estrangeiros, e afirmou que espera uma Olimpíada sem incidentes. Segundo *O Estado*, o dirigente se declarou “verdadeiramente impressionado” com as mudanças pelas quais a cidade-sede passou. Ainda sobre o assunto, a *Folha* afirmou que Dubi elogiou o trabalho do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e lembrou dos legados que o evento deixará para o local. Ademais, o diretor-executivo do COI declarou que o evento esportivo não pode ser responsabilizado pela crise financeira ou pelo início da atuação do Estado Islâmico no país. Em contraposição às declarações de Dubi, a *Folha de S. Paulo* noticiou que competidores de algumas delegações que estarão nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro demonstram temor pela possibilidade de atentados dentro da Vila dos Atletas. De acordo com o periódico, o local foi aberto para as delegações no dia 24/07 e muitos atletas já colocaram as bandeiras de seus países nas janelas; no entanto, delegações como a dos Estados Unidos e de Israel, para evitar serem alvos de possíveis ataques, não revelam o local onde estão hospedados. Segundo o diretor de Relações com Comitês Olímpicos e Paraolímpicos Nacionais e Vila Olímpica da Rio-2016, Mario Cilenti, o complexo é seguro e conta com a presença da Força Nacional de Segurança 24 horas por dia. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Nacional de Segurança, que atuou em diversos estados brasileiros no combate à criminalidade antes de ser mobilizada para os Jogos Olímpicos, foi criada em 2004, com o intuito de reduzir as responsabilidades do Exército nas ações urbanas. O jornal informou que o grupo “deixou de ser exclusivamente militar para ter equipes de delegados, bombeiros e peritos técnicos”. O jornal *Correio Braziliense* noticiou dois treinamentos das Forças Armadas, um na capital federal Brasília e outro na

cidade de São Paulo, ambos no dia 28/07/16. O objetivo era simular ataques terroristas, no contexto das Olimpíadas. Segundo o *Correio*, 250 homens do Exército e 100 agentes de outras corporações simularam em Brasília a evacuação do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, após a explosão de uma bomba de efeitos químicos. O tenente-coronel André Baumgratz, do Centro de Coordenação Tática Integrada do Exército Brasileiro afirmou que “nesta simulação, após a ocorrência de uma explosão, cada agência, de forma integrada, tomou os procedimentos de acolhimento, triagem, descontaminação e evacuação dos feridos, de acordo com os protocolos já estabelecidos. Conseguimos testar e verificar a atuação de todos”. Na cidade de São Paulo a simulação ocorreu no estádio Itaquerao, que deve sediar 10 jogos de futebol. Conforme o jornal, os militares enfrentaram primeiro uma cena com atiradores e ameaça a bomba. Depois, fizeram uma segunda simulação, em que enfrentaram um ataque químico do lado de fora da arena. O responsável pelo treinamento, general Decio Schons, afirmou que “não existem dados de inteligência que indiquem a probabilidade de um atentado no Brasil. O que existe é a possibilidade, que não se pode de maneira nenhuma eliminar. E temos que estar preparados para a pior hipótese”. (*Correio Braziliense – Política – 29/07/2016; Correio Braziliense – Cidades – 29/07/2016; Folha de S. Paulo - Esporte - 23/07/16; O Estado de S. Paulo - Esportes - 23/07/16; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 23/07/16*)

5- Segurança nos Jogos Olímpicos V: Forças Armadas iniciaram o deslocamento de tropas para o Rio de Janeiro

Conforme publicado nos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas iniciaram, no dia 24/07/16, o patrulhamento, na cidade do Rio de Janeiro, como parte do esquema de segurança para os Jogos Olímpicos. Segundo os jornais, cerca de 22 mil militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica participam das atividades de policiamento da zona turística e das vias expressas da cidade. A *Folha* informou que, ao todos, serão 51,6 mil (47 mil, segundo *O Estado*) agentes de segurança em atuação durante os Jogos Olímpicos, sendo que no Brasil será utilizado o segundo maior efetivo policial na história recente das Olimpíadas, somente atrás de Pequim-2008. O número de agentes superou, também, o de eventos recentes de grande porte realizados na cidade do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo de Futebol. O Comando Geral de Defesa de Área (CGDA) afirmou que o contingente aumentará gradativamente até a data da cerimônia de abertura do evento, no dia 05/08/16. De acordo com a *Folha*, cerca de 3.000 militares encontram-se na força de contingência, em caso de emergências. A principal preocupação, conforme veiculado pelos periódicos, é com os chamados “lobos solitários”, conhecidos por não estarem ligados a nenhum grupo terrorista, principalmente após o atentado na cidade de Nice, na França. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Etchegoyen, ganharam protagonismo, de acordo com a *Folha*, no comando da área de Inteligência dos Jogos. Nesse setor, irão atuar cerca de 100 mil agentes, conforme divulgado pelo *Folha*, sendo que 400 integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) já se encontram na cidade do Rio de Janeiro. Conforme veiculado pelo *O Estado*, a Abin classificou dez delegações (EUA, Canadá, Reino Unido, França, Egito, Irã, Iraque, Síria,

Rússia e Israel) como as mais visadas do ponto de vista da segurança. De acordo com a *Folha*, outros 70 países enviaram agentes para monitorar o evento. Segundo a *Folha*, além das tropas terrestres mobilizadas, navios da Marinha patrulharam as praias da cidade e aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) restringiram o espaço aéreo e passaram a controlar o uso de drones. A recepção dos chefes militares acontecerá no Palácio do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, mesmo após a posição contrária de Jungmann devido à localização da edificação, a 600 metros do Morro da Providência, que é dominado por traficantes. A segurança será feita pelo GSI, pela Polícia Federal e pelo Comando Militar do Leste (CML), conforme informou a *Folha*. (Folha de S. Paulo – Esporte – 24/07/16; O Estado de S. Paulo – Olimpíada 2016 – 24/07/16; O Estado de S. Paulo – Olimpíada 2016 – 26/07/16)

6- Marinha criou projeto de sistema de dessalinização nuclear

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Marinha do Brasil, em parceria com universidades e com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), criou e vem trabalhando no projeto de um sistema de dessalinização nuclear. O principal objetivo é criar um sistema que torne a água do mar potável e produza energia simultaneamente. Segundo o diretor e contra-almirante da Marinha do Brasil, Flávio Augusto Viana Rocha, as atividades para o projeto são de responsabilidade do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e “focam a geração de energia térmica para uso no processo de dessalinização, por meio de energia nuclear”. Algumas consequências importantes destacadas pelo *Correio*, para o local que receberá o sistema, são o incentivo à formação de mão de obra e o positivo impacto socioeconômico. Rocha ainda afirmou que a execução do projeto poderá disponibilizar água e gerar eletricidade para cidades de 150 mil habitantes, em média. (*Correio Braziliense* - Ciência - 23/07/16)

7- Operação Hashtag prendeu suspeitos de ligação com o Estado Islâmico com base na Lei Antiterrorismo

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, com base na Lei Antiterrorismo, a Operação Hashtag já efetuou, até o dia 22/07, a prisão de 11 suspeitos de ligação com o Estado Islâmico no Brasil. Segundo o *Correio*, um casal, pertencente à Sociedade Islâmica de Varginha, cidade ao sul do estado de Minas Gerais, suspeito de articular ataques terroristas, foi alvo de um mandato de condução coercitiva expedido pela Justiça. No entanto, o homem e a mulher, que não tiveram as identidades reveladas, negaram o planejamento de atos terroristas. O *Correio* também informou que a décima primeira prisão de suspeitos de terrorismo no país ocorreu no dia 22/07, na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, no estado do Mato Grosso, quando Valdir Pereira da Rocha, procurado pela Polícia Federal (PF), se entregou por volta das 18h. De acordo com o *O Estado*, o engenheiro mecânico Leonid El Kadreoutro, é outro foragido com o mandado de prisão decretado baseado na Lei Antiterrorismo. O jornal que afirmou que esta foi a primeira vez que se aplicou a lei na prática. Kadreoutro e Rocha converteram-se ao islã na cadeia, depois de serem condenados pelos crimes de roubo e homicídio. O periódico informou que o procurador da República Rafael Brum

Miron, da Operação Hashtag, afirmou que o órgão estadunidense, Federal Bureau of Investigation (FBI) “alertou o Brasil sobre pelo menos seis suspeitos de compor uma célula terrorista internacional do Estado Islâmico, no País”. Miron caracterizou o relatório do FBI como “sucinto”. (Correio Braziliense - Política - 23/07/16; O Estado de S. Paulo - Esportes - 23/07/16)

8- Ministro da Defesa negou acesso a documentos sobre a venda de armamentos

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, negou o acesso a documentos relativos ao papel do Ministério da Defesa na venda de armamentos de guerra brasileiros para o exterior durante o governo do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2005. Com esta ação, os documentos não se enquadram na classificação dos três graus de sigilo previstos na Lei de Acesso à Informação – reservados, com prazo máximo de cinco anos; secretos, de dez anos; e ultrassecretas, de quinze anos. A *Folha* afirmou que a atitude de Jungmann foi tomada no dia 11/07/16, após solicitação feita pelo periódico para obter acesso aos documentos. Em 2012, o jornal já havia adquirido documentos produzidos durante o governo do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, após aprovação do então ministro da Defesa, Celso Amorim. Porém, a *Folha* informou que obteve resposta negativa quando entrou com pedido de acesso a documentos sobre vendas de armamento bélico nos primeiros anos do governo de Lula da Silva, durante a gestão de Jacques Wagner. De acordo com o jornal, Jungmann considerou que os documentos apresentam “segredo comercial/industrial”, sendo o Ministério da Defesa o responsável por tais informações do “ramo da atividade empresarial”. Desse modo, conforme informado pelo periódico, o acesso aos documentos continuam restritos por tempo indeterminado, visto que “não haverá mais prazo para desclassificação” de tal documentação. (*Folha de S. Paulo – Poder – 24/07/16*)

9- Atletas das Forças Armadas aumentam sua participação na delegação brasileira nos Jogos Olímpicos Rio 2016

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a delegação brasileira nos Jogos Olímpicos Rio 2016 deverá contar com 145 atletas militares, sendo, conforme informou o *Correio*, o maior contingente de militares desde a incorporação de programas esportivos, como o Programa de Alto Rendimento, nas Forças Armadas, que investe em esportes olímpicos desde meados de 2008. O *Correio* afirmou que enquanto nas Olimpíadas de Londres em 2012 os militares representavam 19,1% do total de atletas, o número subiu para 25% na Rio 2016, segundo dados do Ministério da Defesa. De acordo com o almirante Paulo Zuccaro, diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa, o objetivo do programa esportivo é buscar uma maior aproximação com a sociedade civil, tornando-a ciente da contribuição das Forças Armadas para “o crescimento do Brasil como um país civilizado”. Para Zuccaro, o resultado do programa pode ser observado na pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), através da Escola de Direito de São Paulo, que destaca as Forças Armadas “como as instituições em quem o brasileiro mais confia”. O *Correio* ressaltou também os benefícios dos atletas que

integram o Programa Atletas de Alto Rendimento, os quais possuem uma rotina mais flexível em relação à carreira tradicional, além de receberem uma média salarial de R\$ 3.200,00. Ainda de acordo com o *Correio*, 40% dos atletas são do Exército, 40% da Marinha e 20% da Aeronáutica. Ademais, conforme divulgado pelo *Correio* o atletismo abrange o maior número de representantes das Forças Armadas, porém, a única modalidade cuja equipe é formada exclusivamente por militares é o judô.. (Correio Braziliense – Superesportes – 26/07/16; Folha de S. Paulo – Esporte – 24/07/16)

10- Militares serão incluídos em regra única de aposentadoria após reforma da Previdência Social

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a reforma da Previdência Social determinada pelo presidente da República em exercício Michel Temer, juntamente com uma equipe de técnicos dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Social, da Casa Civil, do Congresso Nacional e de centrais sindicais e entidades patronais, deverá apresentar uma regra única para a aposentadoria e a aquisição de benefícios de militares, servidores públicos, policiais, professores, entre outros. O Ministério do Planejamento continuará responsável pela distribuição de benefícios a militares e funcionários públicos, enquanto o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) permanecerá encarregado por trabalhadores de iniciativa privada. Segundo o periódico, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, ressaltou que os trabalhadores que se enquadrarem nas normas para o recebimento de benefícios terão esse direito preservado. Conforme noticiado pelo jornal, o objetivo da mudança, evidenciado tanto por Padilha quanto pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é buscar o equilíbrio das contas públicas a longo prazo “para que o país continue com programas sociais e possa voltar a ser competitivo”. (Correio Braziliense – Economia – 26/07/16)

11- Diretor do Departamento da Indústria de Defesa da Fiesp discorreu sobre corte de recursos destinados às Forças Armadas

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o diretor altermo do Departamento da Indústria de Defesa (Comdefesa) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente Instituto de Relações Internacionais e de Comércio Exterior (IRICE) na cidade de São Paulo, Rubens Barbosa, abordou o tema relacionado ao corte de recursos públicos destinados à manutenção de projetos coordenados pelas Forças Armadas, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz) e o Programa Espacial Brasileiro. Para Barbosa, a redução nos gastos públicos possui relação direta com o desequilíbrio fiscal presente em “todos os setores da administração pública”, o que interfere no repasse de recursos para o setor da Defesa, responsável por manter a soberania e a segurança do país. De acordo com o diretor, tal setor retém por volta de 1,5% do Orçamento Geral da União. Barbosa destacou, ainda, “a falta de uma forte cultura de Defesa” no Brasil, em contraposição aos Estados Unidos, à Rússia e à Europa, devido ao histórico brasileiro de resolução pacífica de conflitos territoriais. Tal característica brasileira explicaria, conforme afirmado por Barbosa, os cortes de recursos

sofridos pela pasta. Segundo o diretor, o regime militar (1964-1985) serviu, ainda, como um fator contribuinte para certas restrições à renovação do aparato militar, em vista de um receio “de estimular o ressurgimento do poder militar no Brasil”. Barbosa afirmou que a sociedade brasileira não parece preocupar-se “quanto aos riscos para a proteção de nosso território terrestre (fronteiras) e marítimo (plataformas de exploração de petróleo) e para uma reação adequada às novas ameaças globais, como o tráfico de armas, de drogas, do terrorismo e da guerra cibernética”. Barbosa ressaltou ainda os problemas que a redução de recursos vem trazendo, como o atraso nos projetos das três Forças, o que poderá deixar a tecnologia utilizada obsoleta ao fim dos projetos; a paralisação de 46% da frota da Marinha, o que enfraquece a proteção às plataformas de pré-sal; a redução na produção de equipamentos, como o carro blindado Guarani, do Exército; e a paralisação de pouco menos da metade da frota aérea. Para o diretor, a atualização da Estratégia Nacional de Defesa, do Plano Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa deverá ser essencial para se solucionar problemas e calcular formas estratégicas na utilização de recursos. Barbosa ressaltou que a participação de outras instituições, além do Ministério da Defesa, como o Congresso Nacional, as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credn), entre outras, seria de extrema importância na atualização dos documentos. Segundo Barbosa, a indústria brasileira de Defesa “terá de se associar e formar joint ventures com empresas estrangeiras para ter acesso a novas tecnologias e financiamento, enquanto não houver avanço autóctone significativo em inovação e financiamento”. O diretor mostrou-se otimista com a ampliação da discussão sobre o papel das Forças Armadas na defesa territorial, que deverão ser viabilizadas após a estabilização econômica. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 26/07/16)

12- Paulo Maluf opinou a sobre a lei relativa à mudança de nome de logradouros

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o deputado federal Paulo Maluf classificou a mudança de nome do Elevado Costa e Silva, em homenagem ao ex-presidente da República Artur da Costa e Silva, popularmente conhecido como “Minhocão”, para Elevado João Goulart, ex-presidente deposto pelos militares, como “revanchismo ideológico”. A mudança de nome decorreu da lei sancionada, no dia 25/07/16, pelo prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad. Segundo o jornal, a renomeação do Elevado “foi a primeira de uma série de mudanças previstas pela gestão Haddad para dar fim a homenagens a personagens do regime militar na cidade”. De acordo com o periódico, no dia 25/07/16, o nome da avenida General Golbery do Couto e Silva, que homenageava um dos responsáveis pela ascensão dos militares ao poder em 1964, foi alterado para Avenida Giuseppe Benito Pegoraro, em referência ao padre que auxiliava crianças carentes na zona sul da cidade de São Paulo. Conforme divulgado pelo jornal, ao menos 40 outras construções, vias e praças poderão ser renomeadas “caso projetos semelhantes sejam aprovados na Câmara de São Paulo dentro do programa Ruas da Memória, oficializado por Haddad também”. Há ainda, segundo informado pelo periódico, um outro projeto à espera de votação que visa proibir “futuras nomeações de violadores de direitos humanos”. O periódico informou que o responsável por finalizar e

batizar a construção que levava o nome de Costa e Silva foi Maluf, no ano de 1971, quando se encontrava no cargo de prefeito da cidade. O deputado federal afirmou ser “lamentável a retirada da láurea dada ao presidente que, segundo ele, ajudou São Paulo a dar início ao metrô para ofertá-la a outro presidente” que, segundo Maluf, não contribuiu para a construção civil da cidade. De acordo com Clara Castellano, coordenadora-adjunta de Políticas de Direito à Memória e à Verdade da prefeitura de São Paulo, Maluf foi responsável, enquanto era prefeito da cidade, por assinar “boa parte que boa parte das leis que nomearam avenidas com homenagens a militares”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/07/16)

13- Piloto da Aeronáutica desapareceu após acidente aéreo em treinamento

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram o desaparecimento no mar de um piloto da Aeronáutica, após acidente aéreo. O piloto do caça modelo AF - 1B (A-4KU-Skyhawk), não identificado à pedido da família, colidiu com outra aeronave militar no dia 06/07/16, na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, causando a queda do caça no mar da cidade de Saquarema. Segundo a Marinha, os dois caças, que operavam no porta-aviões São Paulo, faziam um exercício quando, “durante o voo de afastamento do navio, em formatura tática, para a realização de um novo ataque, houve a colisão entre as aeronaves, com a provável ejeção do piloto e queda de uma delas no mar”. Para *O Estado*, a corporação negou que o treinamento fizesse parte da preparação para os Jogos Olímpicos, afirmando que tratava-se de uma atividade de rotina. (*Correio Braziliense* – Superesporte – 27/07/2016; *Correio Braziliense* – Brasil – 28/07/16; *Folha de S. Paulo* – Esporte – 27/07/2016; *Folha de S. Paulo* – Esporte – 28/07/16; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 28/07/16)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Brasiliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre

em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).